

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XLI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TODAS AS RESPOSTAS DEVERÃO SER FUNDAMENTADAS, UTILIZADOS APENAS OS ESPAÇOS RESPECTIVOS

DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Paulo viajava com seus filhos – Pedro e Maria – quando seu veículo foi abalroado na traseira, pelo veículo conduzido por José, de 17 anos. Do evento, resultou a morte de Pedro e lesões graves em Maria.

José reside com sua mãe, a qual detém sua guarda, pois é separada judicialmente de seu pai, a quem ele tinha visitado naquele dia, e de cujo automóvel apoderou-se, sem o consentimento do mesmo.

Paulo, Maria e Sônia – companheira de Pedro – ingressaram com pedidos indenizatórios por danos materiais e morais em face de Antônio e Elza, pais de José e também em face do próprio José, por ter este agido com culpa e ser proprietário de um imóvel recebido por herança de seu avô.

Em defesa, Elza alega que não é responsável, pois o filho estava em companhia do pai e este, por sua vez, alega que a guarda do filho cabe à ex-esposa, e que José utilizou-se do veículo sem o seu consentimento. José aduz que não é responsável em face de sua menoridade.

Dê a solução que entender adequada ao caso, considerando-se como comprovados os fatos apresentados, analisando, inclusive, as questões referentes às indenizações pretendidas.

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Nos autos de ação de execução fundada em título extrajudicial proposta por Julieta e outros contra José Eduardo e sua mulher Maria, ambos engenheiros civis, requereram esses últimos, como executados, a decretação da nulidade da penhora, “vez que o bem constrito é absolutamente impenhorável por força do disposto na Lei nº 8.009/90”. Alegam que, embora tenham renunciado a impenhorabilidade em escritura pública perante o tabelião, a cláusula é nula de pleno direito não só porque irrenunciável a impenhorabilidade do bem de família, por princípio de ordem pública, mas também em face da lesão.

Os exequentes alegam que a renúncia da impenhorabilidade foi estabelecida livremente em escritura pública de compra e venda do imóvel em que residiam para a construção de um prédio de apartamentos, ocasião em que os executados se apresentaram como fiadores e principais pagadores, com responsabilidade solidária de todas as obrigações estabelecidas no contrato.

Dando os fatos como comprovados, deverá o candidato indicar a solução que entender correta.

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Defina o que são arras, no sistema do Código Civil de 2002, especificando sua função principal (confirmatória) e secundária (penitencial), e faça breves considerações sobre os respectivos efeitos de cada uma dessas espécies, indicando os pontos principais que as diferenciam.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

O Juizado Especial Cível decidiu ação, recorrendo o vencido, tendo a turma Recursal própria mantido a Sentença, que rejeitou arguição de incompetência absoluta daquele Órgão Julgador, em razão do valor em discussão superior ao atribuído, legalmente, à competência dos Juizados Especiais.

Contra essa decisão da Turma impetrou o interessado Mandado de Segurança, perante o Tribunal de Justiça, repisando a alegação de incompetência absoluta, vindo o órgão da Justiça comum a denegar a ordem, afirmando a incompetência do Tribunal de Justiça para rever decisões prolatadas por Juizados Especiais e respectivas Turmas Recursais.

Pergunta-se:

- 1) Qual o recurso cabível contra a decisão do Tribunal de Justiça?
- 2) O que deve decidir o órgão competente para apreciar esse recurso?

Justificar as respostas.

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Joaquim, na qualidade de vizinho de Auto-Posto Central, foi vencedor em ação de obrigação de fazer, cujo pedido era de realização de obras necessárias à segurança da atividade do réu. Intimado para o cumprimento, o vencido quedou-se inerte, mesmo com a imposição de multa. O Juiz, de ofício, determinou a interdição do estabelecimento, sem que tal medida houvesse sido discutida em qualquer fase do processo. Comente a decisão, indicando os dispositivos legais pertinentes.

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Estabeleça os traços distintivos entre a impugnação ao cumprimento da sentença e os embargos à execução.

DIREITO EMPRESARIAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Contrato de corretagem ajustado com exclusividade e a prazo certo entre Incumbente e Corretor. Na execução do contrato, destinado à venda de controle acionário de sociedade anônima, o Corretor, se valendo de toda diligência e boa-fé, apresentou três interessados ao Incumbente, que rejeitou as propostas. No dia seguinte ao término do prazo, o Corretor apresenta ao Incumbente o quarto pretendente, com o qual o negócio é concluído. O Corretor tem direito ao recebimento da remuneração pelo serviço prestado? Fundamente a resposta?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Discorrer sobre os Princípios norteadores da Lei nº 11.101/05 – Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

João de Souza, proprietário de gleba de 60 ha, onde mora com a família, em prédio rústico, planta legumes e cria cabras para produção leiteira. Anos após havê-la cadastrado no INCRA como imóvel rural e vir pagando anualmente o ITR – Imposto Territorial Rural, é notificado pela Municipalidade, em 2006, a pagar-lhe o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano. Na Secretaria da Receita Municipal, que procura para esclarecer-se, é informado de que seu imóvel, situado em área de expansão urbana para a Prefeitura, não é rural, pois o Plano Diretor considera todo o território municipal zona urbana, daí a cobrança do IPTU.

Constituindo Advogado, ingressa com ação consignatória, depositando a quantia relativa ao IPTU cobrado, porém sustentando que entende devido o ITR (cujo valor é cerca de dez vezes inferior), vez que o imóvel se destina à atividade rural.

Pergunta-se:

- a) É a ação cabível? Se for, qual o foro competente?
- b) Qual a controvérsia havida na doutrina e na jurisprudência sobre a matéria e qual o seu deslinde?

Respostas fundamentadas.

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Determinada empresa estabelecida no Estado do Rio de Janeiro resolve, em 2003, importar mercadorias do exterior, optando, todavia, pelo ingresso das mesmas através do Estado de Alagoas, para aproveitar-se da possibilidade do pagamento do ICMS/importação por meio de precatórios, vez que naquele Estado existia lei autorizativa da compensação, na hipótese.

Irresignado, o Estado do Rio de Janeiro, ao entendimento de que seria o sujeito ativo da relação jurídico-tributária, lavra auto de infração.

Oferecida tempestivamente a impugnação, alega o contribuinte que o fato gerador do ICMS ocorreria no momento da entrada da mercadoria no território nacional, sendo, portanto, devido o imposto ao Estado onde se deu o desembaraço aduaneiro.

Diga a quem assiste razão, fundamentando na lei e na jurisprudência prevalecente.

DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Rui, Renato e Henrique, passam de carro diante de um caixa eletrônico, vêem sair duas mulheres e resolvem roubá-las. Seguem as vítimas Sônia, com 16 anos, e Vilma, esta com 19 anos, até que Rui, apontando uma arma, as obrigam a entrarem no carro. Renato dá a idéia de levá-las até uma casa abandonada onde fariam a subtração, enquanto Henrique os aguardaria no carro. Na porta da oficina saltam Rui, com sua arma, Renato e as duas vítimas.

Passado algum tempo, Henrique escuta o barulho de dois tiros e uma viatura policial que por ali passava, para e vai averiguar. Em seguida Renato e Rui, este com a arma na mão, saem da casa e todos são presos. Um dos policiais entra na casa e nela encontra as vítimas Sônia e Vilma, quase despidas, esta última com dois ferimentos.

Removida para o hospital Vilma, antes de falecer, aponta Rui como aquele que nela atirou, pois, mesmo ameaçada não permitiu que este acusado mantivesse relações sexuais com ela. A vítima Sônia, indica Renato como o que lhe subtraiu o dinheiro que sacara do banco e, também, obrigou-a a prática de sexo anal.

Vilma ao ser ouvida e o pai de Sônia, comprovando sua miserabilidade, representaram contra Rui e Renato.

INDAGA-SE:

- a) defina os tipos penais presentes nas condutas dos três acusados;
- b) fixe as penas mínimas aplicáveis, considerando-se que os três são primários;
- c) justifique seu entendimento

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Um reincidente praticou dois roubos tentados, em concurso formal próprio, majorados pelo emprego de arma de fogo. Qual a pena privativa de liberdade máxima que pode ser aplicada? E, se aplicada tal pena, qual o prazo da prescrição da pretensão executória? Explique as respostas e demonstre o cálculo da pena.

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Discorra sobre a natureza jurídica dos institutos do *conatus* e o da desistência voluntária, diferenciando-os. Ainda, o regramento do artigo 16 do Estatuto Penal Repressivo, no que concerne à sua aplicabilidade, admite exceção em determinadas hipóteses?

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

José da Silva foi denunciado por ter infringido o artigo 213 do Código Penal. Os fatos descritos correspondiam exatamente ao tipo indicado na inicial acostória.

Recebido o processo para ser julgado, conclui o magistrado que o delito que ficou comprovado foi o de atentado violento ao pudor (artigo 214 – Código Penal).

Sem adotar qualquer providência, entendendo ser possível no caso e justificando o seu ponto de vista, o juiz imediatamente proferiu a sentença, que foi condenatória.

Pergunta-se:

- 1.1 – Agiu corretamente o magistrado?
- 1.2 – Por quê?
- 1.3 – Justifique.

- 2.1 – Dessa sentença caberá algum recurso?
- 2.2 – Por quê?
- 2.3 – Qual?
- 2.4 – O que o recurso pode objetivar? Explique.

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

A Autoridade Policial da 1ª DP desta Capital instaurou inquérito policial para apuração das circunstâncias do homicídio no qual foi vítima MARCUS VINICIUS, imputando ao final ao nacional Tício Tibério sua autoria, indiciando-o como incurso nas sanções previstas por violação da regra do artigo 121, § 2º, incisos I e II do Código Penal.

Elaborado o relatório, foram os autos encaminhados ao MM. Juízo prevento que de plano os encaminhou ao gabinete do Doutor Promotor de Justiça com assento no Juízo, quando pelo mesmo foi constatado que durante a realização do inquérito policial determinada prova foi produzida em desacordo com o preceituado em Lei.

Com efeito, o laudo pericial foi assinado tão somente por um perito.

Pergunta-se:

Esta nulidade contamina todo o inquérito policial devendo o mesmo ser anulado?

Qual o procedimento a ser adotado pelo Doutor Promotor de Justiça diante desta nulidade?

E, em sua omissão, vindo o Doutor Promotor de Justiça a oferecer a denúncia, qual o procedimento a ser adotado pelo Magistrado?

3ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Caio comprou um automóvel na Revendedora de Abel na cidade de São Fidélis-RJ e, para o respectivo pagamento, emitiu dois cheques pré-datados resgatáveis em trinta (30) e sessenta (60) dias na praça de Itaocara-RJ, onde situava a Agência Bancária da conta do emitente dos títulos.

O primeiro cheque foi depositado na conta bancária de Abel em São Fidélis, mas devolvido, em razão de estar a conta de Caio encerrada por emissão de cheques sem fundos há mais de seis meses.

Abel, na condição de lesado, apresentou os cheques à Delegacia de Polícia da comarca de São Fidélis, formalizando uma *notitia criminis* contra Caio.

Instaurado o inquérito policial, Caio não foi localizado no endereço indicado, quando da emissão dos cheques, e sua folha penal não registrava antecedentes criminais.

Recebidos os autos do inquérito, o Promotor de Justiça no juízo criminal de São Fidélis endossou a representação da autoridade policial e requereu a prisão preventiva de Caio.

RESPONDA:

Considerando as duas hipóteses para o lugar da infração (São Fidélis e Itaocara), decida a questão como Juiz da Comarca de São Fidélis.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Candidato a Senador e seu suplente, por acordo formalizado perante o respectivo partido, dividiram, entre si, os 8 anos do mandato parlamentar em disputa, de tal modo que o candidato ficaria com os primeiros anos do mandato e o seu suplente com os 4 anos restantes. Vitorioso no pleito eleitoral e depois de cumprida a primeira metade do mandato, o Senador eleito recusou-se a renunciar.

Indaga-se se poderia o partido ou o suplente do candidato eleito exigir-lhe a renúncia com base no acordo celebrado?

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Vítima de crime de estupro que resultou em gravidez, aforou B..., com fundamento no disposto no art. 128, II do Código Penal, pleito judicial com vistas à autorização judicial para interrupção da gravidez. Entrementes, o nascituro, através do curador que lhe fora nomeado a instâncias do Ministério Público, em razão de manifesto conflito de interesses daquele com o de sua genetriz, contrapõe-se ao pedido, forte no direito à vida, constitucionalmente assegurado, e que pretende ver respeitado.

Deve o juiz deferir a autorização pretendia?

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Servidor público estadual, a partir do mês de março de 1998, passou a receber determinada vantagem pecuniária incorporada aos seus vencimentos. A administração estadual, no mês de maio do ano de 2003, verificou que o servidor não preenchia os requisitos legais para a incorporação dessa vantagem pecuniária e anulou o seu ato e deixou de pagá-la. O servidor impetrou mandado de segurança e alegou que, embora não preenchesse os requisitos para incorporar a vantagem pecuniária aos seus vencimentos, a administração decaía do seu direito de rever o ato porque a Lei Estadual 3.870 de 24 de julho de 2002 estabelece o prazo de 05 (cinco) anos para a administração anular os seus atos.

Considerada a orientação manifestada pelo Superior Tribunal de Justiça em relação à lei que trata da mesma matéria em âmbito federal – Lei 9.784/99, art. 54 -, resolva o problema.

2ª QUESTÃO (valor: 5,0 pontos):

Quais os requisitos necessários para a consumação da encampação?